

PROAD Nº: 17356/2021
Relatório de Auditoria nº 5/2021
Unidade Responsável: Secretaria de Auditoria
Interna - SAUDI

Por que a auditoria foi realizada?

O volume dos recursos orçamentários destinados em 2021 ao processamento e pagamento da retribuição pelo exercício de cargos em comissão e funções de confiança credencia o objeto auditado a figurar como um dos componentes a serem considerados na auditoria financeira a ser realizada para fins de certificação das contas anuais do Tribunal. Ademais, o aumento dos riscos proporcionado pela substituição do sistema informatizado de gerenciamento de informações cadastrais, utilizado por toda a Justiça do Trabalho como fonte de dados na elaboração da folha de pagamento, também evidencia a importância deste trabalho, cujos resultados poderão ser aproveitados pelos demais Regionais.

O que a SAUDI avaliou?

A SAUDI realizou auditoria com o objetivo de avaliar a conformidade nas designações e nomeações e os controles internos utilizados para cálculo dos pagamentos de cargos em comissão e funções comissionadas, além das respectivas substituições.

Volume de recursos auditados

O volume de recursos auditados foi de aproximadamente **R\$ 7.200.000,00**, referentes às despesas executadas no período auditado.

O que a SAUDI encontrou?

Foram detectadas situações de servidores detentores de funções gerenciais que não participaram das capacitações oferecidas pelo Tribunal ou não comprovaram a participação em curso de desenvolvimento gerencial. Observou-se, ainda, que em algumas investiduras para cargo em comissão ocorreu o exercício do servidor sem a correspondente assinatura do termo de posse.

Outros requisitos para exercer função de confiança ou cargo em comissão – apresentação de certidões negativas exigidas pela Resolução CNJ nº 156/2012 e grau de escolaridade – não têm sido observados.

Deficiências de controles também foram constatadas em situações de reconhecimento posterior de substituição em FC/CJ, pagamento de substituição por período não registrado como afastamento do titular e pagamento de substituição em duplicidade.

Por fim, foram detectadas fragilidades no sistema SIGEP-JT, após efetuados testes em seus controles.

O gerenciamento dos riscos do processo também foi avaliado e foram identificados riscos potenciais no pagamento de substituição nos afastamentos de Assessor de Desembargador e nos afastamentos de titular de FC/CJ para ação de treinamento promovida pelo TRT.



Quais as principais deliberações?

As deliberações propostas neste trabalho visam fortalecer os controles internos envolvidos nos processos de trabalho auditados, atualização de normas, regularização de situações apontadas como desconformes à lei e atualização dos registros cadastrais.

Em relação ao SIGEP-JT, foram apresentadas ao Comitê Gestor Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas do TRT da 24ª Região (cgSIGEP-TRT24) sugestões de oportunidades de melhoria ressaltando a necessidade de melhorias nesse sistema, especialmente na integração de seus módulos.

Quais os benefícios esperados?

Além de apresentar uma avaliação a respeito do gerenciamento dos processos de trabalho de designação para FC e nomeação para CJ e das respectivas substituições, este trabalho será utilizado como subsídio para a auditoria financeira das contas do Tribunal relativas ao exercício de 2021. Seus resultados também podem ser compartilhados com outros TRT's, uma vez que envolve a análise de sistema informatizado unificado na Justiça do Trabalho